



A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA MATERNA NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

THE IMPORTANCE OF NATIVE LANGUAGE COURSES IN MANAGEMENT

Luciana Prudente Guiotti*

Resumo

Neste artigo, faz-se revisão bibliográfica com especial interesse na descrição do português brasileiro, língua materna da quase totalidade dos habitantes deste país. A justificativa para o estudo deve-se à importância da língua materna para os cursos de Administração e à transformação de dados apontados em instrumental pedagógico capaz de interferir nas práticas de educação lingüística, isto é, nas formas de ensinar a língua portuguesa no ensino superior. No plano teórico, este trabalho delinea um instrumental de análise discursivo-didática: como possibilitar aos alunos do ensino superior, especialmente aos do curso de Administração, o acesso à cultura letrada e, com isso, a chance de lutar pela cidadania com os mesmos instrumentos disponíveis para os falantes já pertencentes às camadas sociais privilegiadas? Como fazer para que a faculdade - fonte primordial do letramento da sociedade brasileira - deixe de ser agência reprodutora das agudas desigualdades sociais e dos perversos preconceitos que elas suscitem? Como levar os professores, sobretudo do ensino superior, a deixar de acreditar em algo que não existe (o "erro de português") para, no lugar dessa superstição infundada, passar a observar os fenômenos de variação e mudança lingüística de modo mais consistente e cientificamente embasado? Os dados de análise foram retirados do *Projeto NURC- Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta da cidade de São Paulo* - pioneiro na área de sociolingüística educacional a fim de apresentar que, embora monitorados e mais padronizados, os discursos dos professores do ensino superior não deixam de ser influenciados pelas ações do ambiente lingüístico.

Palavras-chave: Português. Administração. Sociolingüística educacional.

Abstract

In this article, it is literature with special interest in the description of Brazilian Portuguese, Native in almost all the inhabitants of this country. The rationale for the study is the importance of mother tongues in the course of Directors and the processing of the data pointed in instrumental teaching can interfere in the practice of language education, that is, ways to teach English in higher education. In theory, this paper outlines an instrumental analysis of discourse-teaching: how to allow students to higher education, especially the travel management, access to literacy and, thus, the chance to fight for citizenship with the same tools available to speakers as belonging to the privileged social strata? How do I get to college - the primary source of literacy of the Brazilian society - no longer of reproductive agency acute social inequalities and prejudices of the wicked that they raise? How should teachers, especially in higher education, losing faith in something that does not exist (the "error of Portuguese") to, instead of unfounded superstition, going to observe the phenomena of language variation and change in a more consistent and scientifically-based? The data analyzed were taken from the NURC Project - Project for the Study of Language Standard Urban Educated in the city of São Paulo - a pioneer in the field of sociolinguistics education in order to present that, although monitored, and more standardized, the discourse of higher education teachers do not no longer influenced by the actions of the linguistic environment.

Keywords: Portuguese. Administration. Sociolinguistics education.

* Docente do curso de Administração das Faculdades Integradas Padre Albino (FIPA), Catanduva-SP. Contato: lucianaguiotti@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende ser uma contribuição efetiva para responder às seguintes perguntas: como possibilitar aos alunos do ensino superior, especialmente aos do curso de Administração, o acesso à cultura letrada e, com isso, a chance de lutar pela cidadania com os mesmos instrumentos disponíveis para os falantes já pertencentes às camadas sociais privilegiadas? Como fazer para que a faculdade - fonte primordial do letramento da sociedade brasileira - deixe de ser agência reprodutora das agudas desigualdades sociais e dos perversos preconceitos que elas suscitam? Como levar os professores, sobretudo do ensino superior, a deixar de acreditar em algo que não existe (o "erro de português") para, no lugar dessa superstição infundada, passar a observar os fenômenos de variação e mudança lingüística de modo mais consistente e cientificamente embasado?

Para tal, utiliza-se o manancial teórico da sociolinguística educacional que oferece a seus leitores preferenciais - os professores em atividade ou em formação - os instrumentos de análise adequados para lidar, em sala de aula, com as regras características das variedades lingüísticas estigmatizadas. Antes de mais nada, é preciso que professores de língua materna tentem conscientizar-se de que, em todos os casos de inadequação lingüística, estão, na verdade, diante de diferenças e não de "erros". A noção de "erro" nada tem de lingüística - é um (pseudo) conceito estritamente sociocultural, decorrente dos critérios de avaliação, ou seja, dos preconceitos que os cidadãos pertencentes à minoria privilegiada lançam sobre todas as outras classes sociais. Do ponto de vista estritamente lingüístico, o erro não existe, o que existe são formas diferentes de usar os recursos potencialmente presentes na estrutura fonológica, sintática, semântica e discursiva da língua portuguesa. Só se poderia falar em "erro" se cada cidadão errasse, individualmente e de modo particular, no momento de produzir determinado fonema. Como chamar de erro um fenômeno que se verifica de norte a sul do Brasil? Como milhões de falantes conseguiriam "combinar" para "errar" todos da mesma forma e nos mesmos contextos lingüísticos? (BAGNO; STUBBS; CAGNÉ, 2002).

Nas palavras de Bortoni-Ricardo (2004, p. 9),

[...] é preciso enfatizar tendências imanentes da língua para levar as pessoas em geral, e os professores em particular, a assumir a convicção de que os chamados "erros" que nossos alunos cometem têm explicação no próprio sistema e no processo evolutivo da língua. Portanto, podem ser previstos e trabalhados com uma abordagem sistêmica.

Para firmar essa convicção, a autora procede à análise das principais características das variedades lingüísticas faladas pelos brasileiros de origem rural e urbana, mostrando como cada uma dessas características constitui, de fato, uma *regra gramatical* perfeitamente explicável pelo instrumental da lingüística moderna. Se essa regra é tida como "errada" é simplesmente porque ela é *diferente* da regra única, categórica (e, muitas vezes, anacrônica), imposta pela tradição gramatical normativa, que se baseia exclusivamente nos usos lingüísticos de uma elite de falantes mais letrados. No entanto, como bem se sabe nas disputas do mercado lingüístico, principalmente para o administrador-empresendedor, *diferença é deficiência*.

Por isso, cabe às instituições superiores de ensino levar os alunos a se apoderarem também das regras lingüísticas que gozam de prestígio; a enriquecer o seu repertório lingüístico, de modo a permitir a eles o acesso pleno à maior gama possível de recursos para que possam adquirir uma competência comunicativa cada vez mais ampla e diversificada - sem que nada disso implique a desvalorização de sua própria variedade lingüística, adquirida nas relações sociais dentro de sua comunidade.

No plano teórico, a contribuição decerto mais significativa deste artigo é a proposta de um instrumental de análise descritiva de discursos produzidos em sala de aula divididos em três contínuos: rural-urbano, oralidade-letramento e monitoração estilística.

Com ele, pretende-se eliminar algumas deficiências de modelos teóricos convencionais que se fixaram apenas em um ou outro desses contínuos, ou pior, analisavam dicotomicamente (e de forma equivocada, porque maniqueísta) os fenômenos lingüísticos pelo viés do preconceito social embutido na ideologia normativo-prescritiva. A aplicação desse novo modelo em sala de aula representa, sem dúvida, uma promessa de renovação das práticas pedagógicas de educação em língua materna nos cursos de administração.

Há um compromisso político ao se converter a sociolinguística educacional num instrumento de luta contra toda forma de discriminação e de exclusão social pela linguagem. Porque não basta descrever e analisar as relações entre língua e sociedade - é preciso, também, transformá-las.

O estudo da língua e o estudo da sociedade são dois elementos intrinsecamente relacionados.

CARACTERÍSTICAS SOCIOLINGÜÍSTICAS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Para explicar algumas características lingüísticas da sociedade brasileira, Bortoni-Ricardo (2004) escolheu um pequeno trecho do livro *Rememórias Dois* de Carmo Bernardes¹ que está reproduzido a seguir.

Entrei numa lida muito dificultosa. Martírio sem fim o não entender nadinha do que vinha nos livros e do que o Mestre Frederico falava. Estranheza colosso me cegava e me punha tonto. Acho bem que foi desse tempo o mal que me acompanha até hoje de ser recanteado e meio mococongo. Com os meus, em casa, conversava por trinta, tinha ladineza e entendimento. [...]

Já sabia ajuntar as sílabas e ler por cima toda coisa, mas descrencei e perdi a influência de ir à escola, fiquei um quarta-feira de marca maior. Alívio bom era quando chegava em casa. [...]

Um dia cheguei atrasado e dei a desculpa de que o relógio lá em casa estava "azangado", aí o mestre entortou o canto da boca e enrugou o couro da testa e derreou a cabeça e ficou muito tempo assim de esguelha figgado em mim, depois estralou:

— O relógio está o quê?!

Ah, meu Deus... Tampei a cara com o livro, e uma coceira descomedida nas popas me pôs a retocar como quem tinha panhado um bicho [...] (grifos do autor).

"Lida" é substantivo derivado de lidar que significa *trabalhar* ou *lutar*. Os substantivos que são formados de verbos com a junção das vogais -o, -a, -e ao radical do verbo são chamados de *deverbais*, e o processo de sua formação é conhecido como *derivação regressiva*. Veja a pequena relação abaixo desses processos existentes na língua materna, o que mostra a coerência da formação de palavras no campo da morfologia:

Abai + ar > abai + o (abalar > abalo)

Afag + ar > afag + o (afagar > afago)

Enlaç + ar > enlaç + e (enlaçar > enlace)

Chor + ar > chor + o (chorar > choro)

Recu + ar > recu + o (recuar > recuo)

O substantivo "colosso" no texto está sendo usado como adjetivo do substantivo "estranheza", denotando a *conversão* de classe de palavras, um

fenômeno comum da língua, quando o falante para dizer algo muda a classe morfológica usual da palavra. Por exemplo, em um enunciado como "O chato chegou", o vocábulo *chato* usualmente utilizado como adjetivo está sendo usado como substantivo.

Recanteado, embora pareça invenção lingüística, é adjetivo derivado do substantivo *recanto*. No caso, o significado é de *esconderijo*. *Recanteado* é, então, aquela pessoa que gosta de se isolar num lugar reservado. Ao se referir ao menino como "recanteado", o autor quis enfatizar seu temperamento introvertido. O adjetivo *mococongo*, que ele também usou, tem um significado semelhante.

Ladineza é um substantivo derivado do adjetivo *ladino* com o acréscimo do sufixo -eza. É um caso de *derivação sufixai*, que ocorreu assim: *ladin* + eza. *Ladino* é o mesmo que "astuto", "esperto". *Ladino* e *ladineza* são palavras que estão caindo em desuso, mas não chegam a ser arcaísmos. Para o significado de *ladineza*, confira *ladinice* no dicionário.

Descrencei: regionalismo que significa *descri*, do verbo *descre*. A forma infinitiva é *descrençar*. Significa também perder o interesse.

Perder a *influência* significa perder a animação, o entusiasmo de ir à escola. *Um quarta-feira de marca maior* significa alguém que perdeu o interesse pela escola, que ficou relapso, já que o menino gostava mesmo era de ficar em casa.

Em *azangado* e *panhado* vê-se respectivamente a colocação e a perda do prefixo -a. Na história da língua portuguesa, têm-se muitas palavras que se preservam com duas formas: com o prefixo -a e sem este prefixo. Exemplos desse fenômeno são *juntar/ajuntar*; *sentar/assentar*; *soprar/assoprar*; *mostrar/amostrar*; *voar/avovar*. Observe que, nesses pares de palavras, uma delas passou a ser a forma de prestígio, enquanto a outra ficou restrita aos falares rurais. No par *arrearpar/reparar*, a primeira forma, hoje em dia, só é encontrada no repertório de falantes de origem rural, enquanto a segunda é encontrada nos falares urbanos. Isso não significa que uma seja errada e outra certa. Trata-se de duas variantes da mesma palavra que caracterizam diferentes falares de nossa língua. Uma questão lingüística intrinsecamente relacionada a valores atribuídos pela sociedade: variantes de prestígio e preconceito lingüístico.

O verbo *derrear*, que significa "arrear", tem atualmente uso restrito e é mais encontrado no linguajar rural. Olhar de *esguelha* quer dizer "olhar enviesado", "olhar de lado". No popular, diz-se: olhar de "esgueira".

Pode-se afirmar desse estudo de formas lingüísticas apresentado até aqui que o texto de Carmo Bernardes, além de ensinar muitas palavras e expressões novas, que ilustram a riqueza da cultura e da linguagem rurais, conduz a uma reflexão sobre a língua portuguesa no Brasil, suas características e sua variação, especialmente as diferenças entre o Brasil urbano e o rural. No ano de 2000, o IBGE realizou um censo que apresenta quantos são e como a sociedade brasileira se constitui e se organiza. Pode-se saber, então, quantos brasileiros vivem no campo e quantos já estão radicados nas áreas urbanas. No censo de 1996, a população brasileira era de aproximadamente 157 milhões de habitantes, dos quais 78,35% viviam em área urbana e 21,6% em área rural. Ao longo dos dois últimos séculos, a população do Brasil cresceu muito e houve intensa migração do campo para as cidades. Observe no Quadro 1 esse processo.

Quadro 1 – Crescimento da população rural e urbana no Brasil

Ano	População total	População rural	% População urbana
1872	9.930.478	582.749	5,9
1890	14.333.915	976.038	6,8
1900	17.438.434	1.644.149	9,4
1920	30.635.605	3.287.448	10,7
1940	41.236.315	12.880.182	31,24
1950	51.944.387	18.782.891	36,16
1960	70.967.185	31.990.938	45,08
1970	93.204.379	50.600.000	56
1980	119.098.992	80.478.602	67,6
1996	157.070.163	123.076.831	78,35

Fonte: IBGE (1999).

O último censo do IBGE em 2000 mostrou que a população rural do Brasil em 35 anos caiu de 50% para 19% do total de 175 milhões de brasileiros.

Com certeza, essa mudança de estilo de vida também se refletiu nas variedades lingüísticas brasileiras. Todo esse processo implicou mudanças na escolarização. Quando a família de Carmo Bernardes se radicou na zona rural de Formosa, GO, por volta de 1915, havia, como eles, mais de 26 milhões de brasileiros vivendo no campo. O Quadro 2 mostra como esse processo de concentração populacional nas cidades teve conseqüências na escolarização.

Quadro 2 – A evolução da alfabetização no Brasil

Ano	População com mais de 15 anos	População não-alfabetizada com mais de 15 anos	%
1940	23.639.769	13.279.899	56
1950	10.249.423	15.272.432	50
1960	30.187.590	15.815.903	39
1970	54.336.606	17.936.887	33
1980	74.495.000	19.352.000	26

Fonte: IBGE (1999).

Quando se observa o Quadro 2, tem-se a impressão de que o percentual de população não-alfabetizada vem diminuindo. Mas não se pode enganar por esse declínio nos números percentuais por várias razões. Primeiro, porque os números totais da população não-alfabetizada não têm movimento descendente e, sim, ascendente. Em segundo lugar porque, se se examinarem os dados mais detalhadamente, verificar-se-á que o analfabetismo não atinge igualmente toda a população: concentra-se na população rural, que é, secularmente, a menos beneficiada no processo de desenvolvimento do país.

Principalmente a partir do século XX, as estatísticas referentes aos índices de analfabetismo no Brasil revelam um dos mais graves problemas sociais no país, não obstante esforços empreendidos pelo governo ou pela sociedade com o crescimento da população residente em áreas urbanas. A preocupação com a solução desse problema está expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996. Essa lei, que é a matriz da política educacional brasileira, estabeleceu em seu artigo 32 que o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, volta-se para o desenvolvimento da capacidade de aprender por meio do pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. É uma salvaguarda legal de que todos os brasileiros sejam introduzidos na cultura de letramento, à qual têm acesso, historicamente, parcelas restritas da população brasileira.

Mesmo considerando-se melhorias no sistema educacional e a mortalidade nas faixas etárias acima de 50 anos, o IBGE prevê um decréscimo de 0,06% no número de analfabetos até 2010 e de 0,09% até 2020. Observa-se ainda a mudança no conceito de analfabetismo. Em 1958, a UNESCO definia como analfabeto um indivíduo que não consegue ler ou escrever algo simples. Duas décadas depois, substituiu esse conceito pelo analfabeto funcional, que é um indivíduo que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não

possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-a-dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente. E é essa a realidade da maioria dos alunos que chegam ao ensino superior.

O Quinto Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional, divulgado em setembro de 2005 pelo Instituto Paulo Montenegro, mostrou que só 26% dos brasileiros na faixa de 15 a 64 anos de idade são plenamente alfabetizados. Desses, segundo o Instituto Paulo Montenegro, 53% são mulheres, 47% são homens e 70%, jovens de até 34 anos.

PLURALIDADE LINGÜÍSTICA NOS DOMÍNIOS SOCIAIS

Um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo da interação humana. Quando se usa a linguagem para comunicação, também se está construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio. No domínio do lar, as pessoas exercem os papéis sociais de pai, mãe, filho, filha etc. No momento em que se está diante de um diálogo entre mãe e filho, por exemplo, verificam-se características lingüísticas que marcam ambos papéis. As diferenças mais marcantes são as intergeracionais (geração mais velha/geração mais nova) as de gênero (homem/mulher). São diferenças sociolingüísticas (RIBEIRO; GARCEZ, 2002).

No texto de Carmo Bernardes, o autor deixava claro que o menino, em sua memória, sentia-se mais à vontade interagindo linguisticamente em casa do que na escola. Isso porque a pressão comunicativa sobre o garoto em casa era bem menor do que a sentida na escola. A transição do domínio do lar para o domínio da escola é uma passagem de uma cultura predominantemente oral para uma cultura permeada pela escrita, ao que se denomina de cultura de letramento (KLEIMAN, 1995).

O termo letramento é geralmente empregado para indicar um acervo cultural preservado por meio da escrita. Pode-se usar o termo letramento, no plural, ou se referir a *culturas de letramento* para manter a idéia de que não existe só uma cultura de letramento. Nas

comunidades sociais, convivem culturas de letramento associadas a diferentes atividades: sociais, científicas, religiosas, profissionais etc. Também existem manifestações culturais letradas associadas à cultura popular, como a literatura de cordel, por exemplo (SOARES, 1999).

Na sala de aula, como em qualquer outro domínio social, encontra-se grande variação no uso da língua, mesmo na linguagem do professor que, por exercer um papel social de ascendência sobre o alunado, será submetido a regras mais rigorosas no seu comportamento verbal e não-verbal. Em todos os domínios sociais, há regras que determinam as ações que ali são realizadas. Essas regras podem estar documentadas e registradas, como nos casos de um tribunal do júri ou de um culto religioso ou podem ser apenas parte da tradição cultural não documentada. Sempre haverá, por conseqüência, variação de linguagem nos domínios sociais, porque esta é inerente às comunidades lingüísticas (BAGNO, 2003).

Essa variação lingüística decorre de vários fatores, como:

- 1. Grupos etários:** diferenças lingüísticas associadas a grupos etários. As gerações mais antigas referiam-se à mulher grávida como "senhora em estado interessante".
- 2. Gêneros:** homens e mulheres falam de modos diversos. As mulheres usam mais diminutivos "Trouxe esta lembrancinha para você". Usam também mais partículas como "né?", "tá?" "tá bom?", que são chamadas de *marcadores conversacionais* e que têm principalmente a função de obter aquiescência e concordância do interlocutor. A linguagem dos homens, por outro lado, é mais marcada pelos chamados palavrões e gírias mais chulas. As variações entre os repertórios masculino e feminino são relacionadas aos papéis sociais culturalmente condicionados.
- 3. Status socioeconômico:** as diferenças de status socioeconômico representam desigualdades na distribuição de bens materiais e de bens culturais, o que se reflete em diferenças sociolingüísticas.
- 4. Grau de escolarização:** a qualidade de escolas que se freqüenta como também os anos de escolarização têm influência no repertório sociolingüístico.
- 5. Mercado de trabalho:** as atividades profissionais que um indivíduo desempenha também são um fator

Quando se vai mudar de estilo, passam-se *metamensagens* ou pistas, que podem ser verbais ou não-verbais e que transmitem informações do tipo "isso é uma brincadeira", "estou falando sério", "estou ralhando com você". A variação ao longo do contínuo de monitoração estilística tem, portanto, uma função muito importante de situar a interação dentro de uma moldura ou enquadre. As molduras servem justamente para orientar os interagentes sobre a natureza da interação.

TRANSCRIÇÃO DE ALGUNS EXCERTOS DE AULAS EM ADMINISTRAÇÃO (Dados NURC)

Professor a - /.../ o risco muito grave é de se ferir frontalmente o princípio de Arquimedes (+++) dois corpos (++) ou dois titulares ou duas pessoas não podem ocupar ah: (+) ao mesmo tempo (+) o mesmo lugar no espaço ou o mesmo cargo na administração pública ENTÃO (+) na verdade (+) lógico (+) ninguém tem o dom da da da ubiqüidade não é? e conseqüentemente em termos de aposentados isto não se aplica de FORMA NENHUMA (+) mas é como a história do macaco/ (+) o macaco tava correndo porque até provar-se que ele não era elefante (+) ele tava liquidado (+) tabam degolando tudo quanto era elefante na selva (+++) ele começou a correr (+) então agarraram o macaco (+) Macaco (+) por que que cê tá correnu? (+) rapaz é que tão degolando tudo quanto é elefante (+) (narrativa enunciada em ritmo acelerado); (risos sobrepostos à fala); não (+) é verdade mas (+) mas (+) você não é elefante! Você é macaco (+) ah: (+) então prove isso (risos) cê tá louco! /.../

Professor b - /.../ é a cadeia alimentar (+) né? O ciclo da vida porque cada uma vai comendo um animal ou um vegetal pra se alimenta /.../ isso aqui é a vida na água (+) fala assim (+) da fotossíntese, né? Como é que eles respira (+) como é que as planta fabrica seu próprio alimento (+) fabricam [corrigindo] o oxigênio para os peixes respirarem. Aqui a cadeia alimentar também apareci. Nas impresa essa cadeia tamem apareci.

Professor c - (passando a folha da apostila) Isso aqui nós vamu aprende. Isso aqui também. Sim (+) esse aqui foi como a + o homem e a água + né? Como o homem + começou + né + a utiliza a água e como ele tá precisando + como ele precisa da água. Esse aqui é água

vezes progresso, (continua passando as folhas). Agora esse (+) as plantas (+) o sol (+) né (+) que já é página onze. Aqui as camadas de um terreno + que o solo com argila + a areia + o húmus + camada de argila. Essa aqui fala sobre surgimento e a evolução do solo + que ele coloca + assim + coisas que ele modifica o solo. Que ele provoca erosos[[[erosões às vezes. Os minerais e o homem (+) né?

Todos os professores situam-se no pólo urbano, ou seja, variedades urbanas mais padronizadas. Todavia, o **professor a**, para obter melhor eficácia discursiva, vale-se da narrativa de uma fábula. Ao fazê-lo, altera seu estilo. Em seu estilo não-monitorado, encontram-se algumas regras variáveis de caráter gradual, que não estão presentes em seu estilo monitorado, como a duplicidade do sujeito "ele", a abreviação de você, "cê", a velocidade da narrativa que a torna truncada. Essa variedade, contudo, não significa que a aula terá menos importância ou menos validade didático-pedagógica ao alunado. Pelo contrário, ao mudar o estilo, tornando-o não-monitorado, o professor aproxima-se mais da linguagem dos jovens alunos que se identificam e riem ao final da fábula. O professor demonstra que sabe alternar seus estilos de linguagem de acordo com as regras presentes no ambiente lingüístico. Sua mensagem, dessa forma, adquire mais eficácia e se torna mais adequada ao público-alvo.

A supressão de concordância no estilo monitorado do **professor b** funciona como identidade lingüística operante. Sua consciência lingüística está tão aflorada quanto a esse aspecto que ele próprio revisa seu discurso, adequando o verbo *fabricar* ao sujeito a que se refere, de acordo com a regra prescrita pela gramática normativa - em termos de número e pessoa. Embora seja um evento de letramento, sua aparência lingüística está mais próxima de um evento de oralidade, porque os sintagmas nominais não fazem concordância de número em seus núcleos, apenas em seus determinantes. Outro aspecto interessante e estilístico a ser apontado é o fato de que este professor realiza um discurso didático-pedagógico com formulação de dúvidas, perguntas e respostas subseqüentemente, uma retórica pedagógica. O evento é de oralidade, embora seu estilo esteja monitorado pelas condições de sala de aula que o levam prestar mais atenção a sua fala.

O professor c, ao folhear a apostila, faz com que sua fala se identifique como evento de letramento, a escrita influenciando diretamente sua exposição oral. Seu estilo apresenta-se monitorado, e a moldura que define seu discurso é a de uma sabatina, ou seja, recapitulação de lições aprendidas durante as aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há usos especializados da língua que constituem práticas sociais de letramento, mas há usos especializados que são práticas da cultura de oralidade.

Nesse sentido, o ensino superior é, por excelência, o *locus* - ou espaço - em que os educandos vão adquirir, de forma sistemática, recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas.

Como a língua é composta de variedades, toda produção lingüística torna-se dependente do contexto em que se encontra o falante e, no caso de interação face a face, também dos interlocutores.

A aula do professor a mostrou que os interagentes partilham de muita experiência em comum, e a comunicação entre ele e seus alunos tornou-se mais fácil quando mudou o estilo, porque se valeu de muitas informações implícitas, deixando o discurso com alto grau de contextualização. A sua linguagem, com a fábula dos macacos, em vez de conceituar, usou de elemento dêitico. Embora a mensagem tivesse um grau de complexidade em relação ao tema abordado, há familiaridade com a tarefa comunicativa. O professor b apresentou que grande parte dos recursos comunicativos que compõem a sua aula expositiva foi adquirido espontaneamente no

convívio social. Todavia, não se pode deixar de salientar que o desempenho de certas tarefas especializadas, especialmente as relacionadas às práticas sociais de letramento, exigem o desenvolvimento de recursos comunicativos de forma sistemática mediante a aprendizagem escolar. Daí a importância da língua materna nos cursos de ensino superior.

O professor c soube usar com segurança os recursos comunicativos necessários para desempenhar-se bem no contexto social de sua aula.

É importante sintetizar o que se acaba de ler sobre competência lingüística, comunicativa, recursos comunicativos e o papel do ensino superior:

1. Todo falante nativo já internalizou as regras do sistema de sua língua (não confundir com as regras da variedade padronizada pela gramática normativa). Todo aluno do ensino superior produz, então, sentenças bem formadas na língua materna, o que não significa que saiba pô-las adequadamente em funcionamento de acordo com o ambiente lingüístico.
2. Como a língua é um fenômeno social, cujo uso é regido por normas culturais, além de ter domínio das regras internas da língua, os falantes têm de tentar utilizá-la de forma adequada à situação comunicativa na qual estão inseridos e este é um dos principais papéis do professor de língua materna do ensino superior.
3. No desempenho dos papéis sociais, os indivíduos transitam por espaços sociolingüísticos em que têm de dominar certos usos especializados da língua, como aconteceu nos exemplos analisados de variedades urbanas padronizadas dos professores de Administração.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. *A norma culta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M.; STUBBS, M.; CAGNÉ, G. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

GUIOTTI, L. P. O uso da variante retroflexa na fala de São José do Rio Preto. *Estudos Lingüísticos*, Marília: Fundação Eurípedes Soares da Rocha, v. 31, p. 50-6, maio 2001.

IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais - 1996 a 2000. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999.

KLEIMAN, A. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

NURC. Norma urbana culta. In: CASTILHO, A. T.; PRETI, D. (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, 1987. v. 2 (Diálogos entre dois informantes).

RAMOS, J. M. *O espaço da oralidade na sala de aula*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.) *Sociolingüística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.

SCHERRE, M. M. P.; SILVA, G. M. (Org.) *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.